



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

COLLEGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES: ENSINO PÚBLICO PROFISSIONALIZANTE PARA MENORES ÓRFÃOS E DESVALIDOS EM FORTALEZA (1856-1867)

Simone Vieira de Mesquita⁹⁹

RESUMO: Este artigo propõe refletir sobre o ensino profissional para menores órfãos e desvalidos na cidade de Fortaleza, entre 1856 a 1867. O estudo parte de um estudo bibliográfico sobre o tema baseado nos escritos de Brasil (1860), Moacyr (1936), Castelo (1970). Como resultados, encontramos uma proposta de instrução e formação para atender crianças entre 7 a 14 anos. Esse estabelecimento de instrução e formação veio a atender as necessidades do estado em controlar e moldar a camada popular, através da proposta do aprendizado de um ofício, de aulas de música e de aulas de primeiras letras, com a perspectiva de inserir os menores aprendizes no mercado de trabalho, dentro da ideia de sistema liberal-capitalista que iniciava timidamente no Ceará oitocentista, assim como o processo de militarização pela qual passava o Brasil nesse período.

PALAVRAS CHAVES: Menores órfãos e desvalidos; Ensino profissional; Formação para trabalho.

INTRODUÇÃO

No campo educacional, o Ceará contava na década de 1860 com diversas escolas na capital, como citou Sofia Lerche Vieira (2002, p. 113-114),

Varios educandários são criados em Fortaleza no período: o Ateneu Cearense (1863); o Seminário Episcopal ou Seminário da Prainha (1864); o Colégio da Imaculada Conceição (1865), cujas origens remontam à primeira Casa de Educandos e Recolhimento de Meninos Órfãos e Desvalidos da Província (1856), posteriormente extinto e substituído pelo Colégio das Órfãs; [...]

Essas escolas atendiam, em sua maioria, o ensino secundário e o ensino preparatório. Havia na década de 1860 uma proposta de universalização do ensino primário e expansão do ensino secundário, na perspectiva de inserir a capital cearense no processo civilizatório e educacional que transitava em todas as províncias brasileiras. Nesse período, a educação no Ceará contava com as seguintes modalidades de **ensino público**: ensino primário, ensino secundário e ensino profissional.

O ensino primário estava direcionado a todas as pessoas, independentes da classe social, embora nem todos tivessem acesso a ele. Nele, todos receberiam o ensino da instrução moral e religiosa, de leitura, escrita, e noções da gramática nacional, assim como os princípios de aritmética com a prática das quatro operações, e o uso do sistema de pesos e medidas do império.

⁹⁹Doutoranda da Linha de Pesquisa da Educação Comparada do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação do professor Dr. Almir Leal de Oliveira. Pedagoga formada pela UFC, com Especialização em Gestão Escolar pela UECE, Mestre em Educação Brasileira pela UFC e Professora da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

O Estado voltou-se para promover uma formação útil, prática e universal, como propunha a escolas de ensino primário, nas palavras de Almeida (1989, p.85),

Na escola primária, a criança pode aprender o que é indispensável saber, **qual ofício deve exercer**, e a ler, escrever e contar. Pode aprender as regras de nossa língua – poderíamos dizer de nossa ortografia. Deve-se ensiná-las a se exprimir corretamente, a expor seu pensamento de modo preciso e claro, e, se aprende a se exprimir com clareza e precisão, aprenderá a pensar do mesmo modo. Isto, para utilidade imediata e prática. (grifo nosso)

Não esqueçamos que o objetivo da escola primária centrava-se na perspectiva de formação do aprendiz para um ofício e no aprendiz da conduta moral, dentro de um rígido sistema hierárquico e disciplinador.

O ensino secundário era destinado a um grupo restrito da população que pudesse dedicar tempo e dinheiro para se preparar para ingressar no ensino superior. Como instituição pública, o liceu oferecia as seguintes áreas de conhecimento: latim, português, francês, inglês, filosofia, geometria, trigonometria, aritmética, geografia, história e retórica.

Já o ensino profissional era proposto para uma classe em particular, a camada pobre da população, especificamente, seu público alvo eram os órfãos e desvalidos. De acordo com Cambi (1999), para a camada popular, foi designada uma escola para atender estudantes de 6 a 18 anos, cujo foco era prepará-los para o trabalho, e oferecia, para tanto, uma versão limitada de intelectualidade, ou seja, o mínimo de conhecimento para ler, escrever e operar contas numéricas, além das mais básicas e fundamentais noções das normas civis, como propunha a laicização do ensino e o racionalismo pedagógico quando das ideias do iluminismo europeu.

Nessa perspectiva, o governo provincial criou um internato de instrução profissional voltada para crianças e jovens entre 7 a 20 anos de idade, da camada popular, que recebeu a denominação de Casa de Educandos ou Collégio de Educandos Artífices, a nível de internato e externato.

Segundo Brasil (1997, vol.1, p.803), a casa de educandos artífices contava com 1 diretor, 1 vice-diretor que atuava também como professor primário, 1 mestre de música e 4 mestres de oficinas, como vemos a seguir,

Em 1857 foi creado um internato com título de collegio de educandos artífices, em que se deve dar instrução profissional a 50 pensionistas da província. É dirigido por um director, vice-diretor, e ensinam-se música, e os **offícios de carapina, alfaiate, sapateiro, e funileiro ou latoeiro**. (grifo nosso)

Seu prédio, considerados um dos mais notáveis na cidade, inicialmente havia sido destinado a ser um hospital para atender pacientes vítimas do cólera, que acometeu o estado do Ceará entre 1855 a 1856 e posteriormente, e entre 1861 a 1862. Devido à mudança de função



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

(saúde indo para educação), os gastos com a construção do prédio aumentaram consideravelmente, como dispõe Brasil (1997, vol. 1, p. 709), ao citar:

CASA DE EDUCANDOS. – Esta obra teve começo em 1856, por ordem do Sr. presidente Paes Barreto, e destinado para um hospital provisório de cholericos, em que se despenderam pelos cofres geraes 6:500\$000réis; foi depois aproveitado para um collegio de educandos artífices: ainda não está concluído, mas a obra já feita, inclusive a primeira despesa sobiu em 1860 á 82:000\$000 réis.

De acordo com Castelo (1970), a Casa de Educandos ou Collégio de Educandos do Ceará tem origem na Casa de Educação e Recolhimento de Meninos Órfãos e Desvalidos da Província, criada em 1856, também conhecida como escola de artes e ofícios, como cita: “*O presidente da província foi autorizado, pela lei n.1759, de 5 de agosto de 1856, sancionada pelo Vice-presidente Herculano Pereira da Cunha criar em Fortaleza uma Casa de Educandos [...]*”(CASTELO, 1970, p.175), ministrando o ensino profissional.

Rizzini (2004, p.206) lembra que

Durante o século XIX, em todas as províncias do país, dezenas de asilos, institutos escolas e externatos destinados a formação profissional de meninos e ao preparo de meninas nas tarefas domésticas. [...] As instituições dedicavam-se ao ensino do trabalho manual, basicamente relacionados às atividades tradicionais do período, artesanais e/ou agrícolas. O ensino de ofícios agrícolas era acompanhados da instrução elementar, da educação religiosa e do ensino de música. Este último oscilava entre ensino técnico e algo mais próximo da educação moral e disciplinar.

A proposta era conduzir os menores em uma proposta de formação para o trabalho, uma vez que os trabalhos manuais era considerados atividades para escravos, sendo necessário acabar com esse estigma e construir a visão de que o trabalho propiciava uma vida honesta e honrada.

A Casa de Educandos, dentro dessa perspectiva, vinha colaborar com a formação técnica, moral dos menores aprendizes dentro de um regime de internato e externato e proporcionava as seguintes atividades: pela manhã, eram ministradas as orações e o ensino primário para os aprendizes iniciantes, uma vez que os veteranos estavam envolvidos nas oficinas profissionalizantes; após o almoço, eram ministradas as aulas profissionalizantes para todo o corpo de aprendizes, de acordo com a arte e ofício que cada um estava aprendendo; logo após as seis horas da tarde, os aprendizes artífices se dedicavam ao aprendizado de música para, em seguida, serem encaminhados à ceia, e depois às orações da noite, sendo conduzidos aos dormitórios.

A Casa de Educandos seguia o princípio do método de ensino mútuo, embora já transitasse nesse período o método Castilho. Os decuriões (aprendizes veteranos), por conhecerem a rotina e o ritmo da instituição, assim como por se destacarem em seu ofício. Encontrando-se mais adiantados nas oficinas, os decuriões artífices conduziam os aprendizes iniciantes para as oficinas, sendo responsáveis por inspecioná-los durante as atividades e durante o recreio, transmitido pelo



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

princípio básico do método de ensino mútuo, cujo objetivo era manter a ordem, a disciplina e a obediência, fazendo-os reconhecer e compreender a hierarquia do trabalho e para ele. Castelo (1970, p. 178) enfatizou, ainda, que a disciplina era rígida uma vez que “*os educandos são obrigados a cumprir, com respeito e obediência, todas as ordens do diretor, [...]*”

O colégio com apenas dois anos de existência já demandava alguns inconvenientes, como o pedido de aposentadoria por parte do diretor e vice-diretor, assim como um custo elevado por alunos, como vemos no jornal Cearense¹⁰⁰ que espõe:

Collegio de educandos. – Tem 50 meninos, que se achão aprendendo a ler, escrever, musica, e os officios de sapateiro, e alfaiate. Os mestres destes officios, que vencem 300\$00 réis, pedem augmento de ordenado, o que o presidente julga necessário. O director, e vice requererão aposentadoria (não obstante o estabelecimento ter pouco mais de dous annos), e ambos julga o presidente dignos de serem atendidos, e por isso remette suas pettições á assembléa. Despende esse estabelecimento em comendorias mais de 600\$000 réis mensaes, o que corresponde á uma diária de mais de crusado por cada interno; o que parece excessivo para uma commuidade de 50 pessoas.

O colégio apresentava um grave problema que perpassava por toda a instrução pública no período, que diz respeito ao custo empregado em uma instituição pública voltada para atender a camada popular.

“Custa em verdade muito cara a educação de um desvalido em nossa terra”: desculpa ao descaso com a formação profissional no Ceará?

Entre 1856 e 1864, a Casa de Educandos trilhou um longo caminho. Contudo, Castelo (1970) informa que durante a década de 1860, ela sofreu diversas dificuldades, assim como ressaltou Moacyr (1937, p.338), para o ano de 1864, quando diz que o colégio dos educandos vinha recebendo severas críticas por parte das autoridades, como citamos abaixo,

A Casa dos educandos artífices está bem longe de preencher os fins de sua criação. Organisar um estabelecimento desta natureza, dar-lhe bom regime, plantar boas tradições e regular convenientemente os seus trabalhos é tarefa difficil que exige muito tempo, habilitações especiais e uma dedicação superior a todas as contingencias do desalento. [...] resta agora corrigir os defeitos que a experiência tem posto a descoberto e dar-lhe a conveniente regularidade.

Moacyr (1937) ressaltou que, embora a casa de educandos contasse com 67 aprendizes, quase a totalidade dos 70 propostos por lei, as críticas centravam-se no baixo aproveitamento dos meninos, com relação ao ensino primário, atribuída à falta de professor para atuar nessa área, assim como à falta de mestre ofícios para o ensino profissionalizante, e à falta de recursos para manter as oficinas e o prédio, cujos custos apresentavam-se demasiado altos, para se gastar com um desvalido como cita Brasil (1997, p. 808): “*Custo do ensino profissional. Segundo o orçamento de 1860 a*

¹⁰⁰CEARENSE, 22 de Julho de 1859, Anno XIII, nº 1244, p.1. Acesso em 26 jul. 2016. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20185&pesq=collegio%20de%20educandos>>



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

despesa total do collegio de educandos era de 13:345\$000, o que dá por cada alumno 286\$900. Custa em verdade muito cara a educação de um desvalido em nossa terra!”

No período entre 1864 e 1865, o estabelecimento contava com uma aula de primeiras letras, uma de música (vocal e instrumental) e quatro oficinas (alfaiate, sapateiro, marceneiro e funileiro), mas não atendia aos esforços do governo como frisou Moacyr (1937). Assim, em 1865, as autoridades votaram pelo fechamento da instituição (Casa de Educandos), como citou Castelo (1970, p.180): “*Em face de autorização legislativa n.1202, de 20 de dezembro de 1865, o Presidente baixou o Ato de 29 do mês e ano, extinguindo o estabelecimento.*”. Mesmo assim, a Casa de Educandos manteve-se ativa até 1867, como consta no relatório da província do mesmo ano, que elencava, dentre outros os motivos para o fechamento: “*os actos de economia*” por parte dos órgãos públicos, que foram efetivados no campo da educação.

Durante o período de transição de fechamento do colégio de educandos artífices entre 1865 a 1867, assumiu a direção do Collegio dos Educandos o Padre Florêncio de Almeida Pinto que empreendeu diversos esforços para manter a instituição. Nesse período, a casa de educandos contava com uma oficina de alfaiate (33 aprendizes artífices), uma oficina de capinteiro (13 aprendizes artífices), uma oficina de carpina (11 aprendizes artífices) e uma oficina de funileiro (7 aprendizes artífices). Nas aulas de primeiras letras, os aprendizes artífices, no caso, os 67 aprendizes artífices, acompanhavam as seguintes matérias: escrita, leitura, gramática e aritmética. Na oficina de música, os que demonstravam maiores aptidões, acompanhavam as aulas de música marcial e instrumentos (19 aprendizes artífices) e aulas de música vocal (16 aprendizes artífices).

Contudo os jornais locais, apresentavam as dificuldades pelas quais o colégio vinha enfrentando, numa tentativa de sensibilizar as autoridades em favor da instituição, como vemos na reportagem do jornal Cearense (1865, p.2),

O collegio de educandos artífices ainda não tocou áquelle grão de prosperidade que fora para desejar; todavia cumpre reconhecer que n'estes últimos tem obtido consideráveis melhoramentos, graças aos esforços de seu actual director. Restabeleceu a disciplina e a boa ordem; os educandos vestem-se com mais aceio; os trabalhos perfazem-se com mais regularidade. O número de alumnos existentes no collegio monta a 67. A resolução nº 1141 de 7 de dezembro do anno passado, art. 15, reduziu o Maximo de 70, fixado por leis anteriores, a 40; pelo que deixando de ser preenchidas as vagas que vão ocorrendo. Funcionam n'este estabelecimento duas aulas: uma de primeiras letras, outra de musica. A de primeiras letra é freqüentada por todos os meninos do collegio. Os seus trabalhos prosseguem com regularidade, e muitos alumnos apresentam grande aproveitamento. A aula de música é seguida por 35 alumnos, dos quaes 19 compõem uma banda marcial e 16 aprendem musica vocal. Trabalham actualmente 4 officinas: a de alfaiate freqüentada por 33 aprendizes; a de sapateiros por 13, a de carpinterio por 14 e a de funileiro por 7. Os aprendizes empregados n'essas diversas officinas vão colhendo algum aproveitamento. Já se fabrica na casa a roupa e o calçado de que carecem os educandos. A officina de alfaiate occupou-se ultimamente em manufacturar fardas e moxilas para os corpos miliares que



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

marcham para o sul. A falta de matéria prima, a tempo e á hora, retarda a promptidão das obras encomendadas; o que prejudica consideravelmente o estabelecimento, diminuindo o número de pedidos. Para obviar este inconveniente o digno director solicita a abertura de um credito na thesouraria provincial, destinado a compra de materiaes. O Edificio em que funciona o collegio carece de consideráveis reparos, como verá V. Exc. do minucioso relatório do director. Já ordenei ao engenheiro da província que fizesse o orçamento e descrição das obras necessárias. Ao terminar este artigo, não posso deixar de invocar a solicitude de V. Exc. em favor do collegio de educandos. Este estabelecimento, destinado a asylar a orphanade desvalida e a ensinar-lhe as artes mecânicas, **visa um fim elevado e satisfaz á grande necessidade local. É uma instituição creada; tem a sua frente um homem inteligente e de experiência feita. Para que prospere, basta o sopro animador do governo.**¹⁰¹ (grifo nosso)

Contudo, esse sopro animador não veio, nos levando a refletir na perspectiva de Cavalcante que apresentou o jornal como fonte de pesquisa, nos permitindo ter uma proximidade dos acontecimentos da época, ao citar que:

O jornal condensa relatos sobre acontecimentos os mais variados que se referem, de modo especial, a um ordenamento material e simbólico daquela cidade em que é escrito. Além disso ele não se limita a registrar os acontecimentos locais, pois tende a trazer para os leitores daquela cidade notícias de outras localidades, contendo uma noção de espacialidade, que traduza em linguagem político-administrativa, típica de processos de edificação republicana como o nosso, cresce da esfera municipal à estadual, chegando a abarcar a nação e o plano internacional, sem descuidar de unidades menores como bairros, distritos, becos e lugares mais ermos. (CAVALCANTE, 2002, p. 2-3)

Na esfera municipal, as autoridades justificaram o fechamento da escola alegando que esse estabelecimento de ensino não atingira os objetivos propostos, que envolvia promover a instrução profissional dos menores órfãos e desvalidos, para atuarem na indústria fabril e manufatureira, com a formação para os seguintes ofícios: alfaiate, sapateiro, carpintério, marceneiro, funileiro e cabelereiro, e pela falta de pessoal capacitado para desenvolver o ensino das artes e ofícios, com isso inviabilizando o objetivo primeiro do colégio. Havia também alegação de que a casa de educandos não conseguiu consolidar a formação moral nos menores que nelas estudavam e não tinha um resultado satisfatório para o ensino de primeiras letras.

Collegio de Educandos X Companhia de Aprendizizes Marinheiros e Companhia de Artífices dos Arsenaes de Marinha e da Guerra.

Na busca de continuar com o controle do público alvo, menores órfãos e desvalidos, as autoridades, em 1865, encaminharam os menores do colégio de educandos para a recém inaugurada Companhia de Aprendizizes Marinheiros, em Fortaleza, como vemos abaixo no relatório da província,

Existe n'esta cidade a **companhia de aprendizizes marinheiros**, onde as aptidões, índole e costumes da classe que corria para o collegio de educandos, encontra meios mais fáceis de

¹⁰¹Jornal Cearense, 17 de junho de 1865, anno XIX, nº 1838, p.2. Ver também, artigo Instrução Secundaria que discorre sobre o colégio de ensino secundário: Lyceu que possuía 153 alunos, Seminário Episcopal com 145 alunos, Atheneu Cearense com 170 alunos, Collegio padre Luiz Vieira da Costta DELagado Perdigão com 30 alunos.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

se poder desenvolver, e na côrte a **companhia de artífices dos arsenaes de marinha e da guerra**, destinadas a educação dos **meninos sem amparo**. Recebem instrução elementar, vivem sob o regimem de uma disciplina mais severa que melhor contém os seus instictos, e são depois de certo tempo espalhados pelos diferentes estabelecimentos da Côrte, Bahia, e Pernambuco, onde se tornam em pouco tempo artistas. Inumeros exemplos comprovam as vantagens que offerece a instituição dos artífices dos arsenaes da Côrte. Releva notar que essas companhias, que tanto terror inspiram á classe pobre pela repugnância que ainda conserva á farda do soldado, não são o que suppõe-se por ahi algures. N'ellas, passado algum tempo, começam a perceber certas vantagens, e uma progressiva retribuição em dinheiro pelos seus serviços; podem viver livres de severa sujeição depois da idade maior, sendo garantidos no exercício de suas profissões pelos mesmos estabelecimentos.¹⁰²

O que nos fez refletir se realmente a Casa de Educando não atendia aos objetivos propostos ou se o problema seria a concorrência com a nova instituição pública, como citado acima, uma vez que ela estava também voltada para atender “*meninos sem amparo*”. Assim, qualquer justificativa para fechar a instituição que funcionava a mais de 10 anos (1856 - 1867) seria plausível.

A proposta do governo, em detrimento aos desejos, anseios e perspectivas de desenvolvimento da classe popular, como ressaltou o próprio relatório, ao citar a repugnância da camada popular pela “*farda do soldado*”, pelo estigma do recrutamento forçado, estava na questão do controle e o direcionamento desses menores, que seriam inseridos no mercado de trabalho nas indústrias fabris manufatureiras, além de os manterem longe do processo de modernização das diversas capitais que se moldava aos ares do processo civilizatório e higienista na perspectiva de aformoseamento que ocorria em todas as principais províncias, quando da busca de organizar o país, durante o Segundo Reinado, como ocorria na cidade do Rio de Janeiro, em Salvador e Pernambuco, numa tentativa de se aproximar da ideia de civilização e modernização disseminada nos países europeus. Além disso, havia a perspectiva de militarização no país com a guerra do Paraguai, que vinha ganhando força no cenário nacional, internacional e local. Não esqueçamos que o grosso das tropas do exército e da marinha era oriundo das camadas populares. E no contexto, de formação para o trabalho, as forças armadas tinham uma proposta definida, uma vez que os que os menores alistados, poderiam passar a pertencer ao serviço público, que já trabalhava com o serviço livre e assalariado.

¹⁰²Leis Provinciais do Ceará – Relatório com que o Exmo Senhor Tenente-Coronel de Engenheiros, João de Souza Mello e Alvim, Presidente da Província do Ceará, passou a administração da mesma ao Excellentissimo Senhor 1º Vice-Presidente Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, no dia 6 de maio de 1867, Fortaleza, Typographia Brasileira, rua Formosa nº 88. 1867. Instrução Pública – Collégio de Educandos, p.p. 11-12. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u209/000012.html>> Acesso em: 03 Jun. 2016.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Considerações Gerais

Como resultados, encontramos que o colégio de educandos trazia uma proposta de instrução e formação para atender crianças entre 7 a 14 anos. Esse estabelecimento de instrução e formação veio a atender as necessidades do estado em controlar e moldar a camada popular, através da proposta do aprendizado de um ofício, de aulas de música e de aulas de primeiras letras, na perspectiva de inserir os menores aprendizes no mercado de trabalho, possibilitando a criação de um grupo que atendesse ao sistema liberal capitalista que iniciava timidamente no Ceará oitocentista, uma vez que esses menores aprendizes eram enviados ao comércio e as manufaturas em troca de salário, propagando a ideia do trabalho livre assalariado.

Passado dez anos (1857-1867), o Collegio de Educandos Artífices, foi extinto em 1867 e seu prédio foi direcionado para instalar o colégio de educandas em Fortaleza. Esse estabelecimento de ensino embora voltado para formação do trabalho, se constituiu em um espaço de confinamento e controle dos menores, numa tentativa de coibir vícios, e a violência entre o grupo de meninos, assim como embutir em suas mentes o valor do trabalho na busca de evitar a prática da mendicância nas ruas da cidade de Fortaleza que buscava nesse período se adequar aos padrões da corte. No caso do Ceará, inferimos que o Collegio de Educandos Artífices foi rendido pela Companhia de Aprendizes Marinheiro do Ceará na perspectiva de militarização que ocorria no Brasil, uma vez que seus alunos foram encaminhados para os estabelecimentos de ensino militar, tanto do exército quanto da marinha, como proposto nas leis provinciais do Ceará.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil, 1500 a 1889**. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatísticos da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. (TOMO I – Coleção Biblioteca Básica Cearense - Fasímile da edição Publica em 1864).

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP(FEU), 1999.

CASTELO, Plácido Aderaldo. **História do Ceará: História do Ensino no Ceará**. (Monografia N. 22). Plácido Aderaldo Castelo. Coleção Instituto do Ceará. Departamento de Imprensa Oficial. 1970.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

CAVALCANTE, Juraci Maia. O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional. In: **II Congresso brasileiro de História da Educação: História e memória da educação brasileira**, Natal, 2002.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação no Brasil (1823-1853)**. Companhia Editora Nacional. São Paulo - 1936. 1º Volume. Série 5ª Biblioteca Pedagógica Brasileira. Barsiliana. Vol. 66. Disponível no site:

<<<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao>>> Consultado em 2013.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial**. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

Jornal **Cearense**, 22 de Julho de 1859, Anno XIII, nº 1244, p.1.

Jornal **Cearense**, 17 de junho de 1865, anno XIX, nº 1838, p.2.

Leis Provinciais do Ceará – Relatório com que o Exmo Senhor Tenente-Coronel de Engenheiros, João de Souza Mello e Alvim, Presidente da Província do Ceará, passou a administração da mesma ao Excellentissimo Senhor 1º Vice-Presidente Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, no dia 6 de maio de 1867. Instrução Pública – Collégio de Educandos, p. 11-12. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u209/000012.html>> Acesso em: 03 Jun. 2016.